

# **RESUMOS DAS APRESENTAÇÕES ORAIS**

## **CONSTITUIÇÃO E MULTICULTURALISMO: A INTERPRETAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO E A ABERTURA PARA O RECONHECIMENTO**

Carlos Henrique de Aragão Cavalcante<sup>1,\*</sup>; Francisco Damazio Azevedo Segundo<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Advogado. Especialista em processo Civil. Mestre em Direito Constitucional pela UFC. , <sup>2</sup>Direito

O intuito deste trabalho é estudar a ligação entre interpretação constitucional e reconhecimento, como forma de abertura normativa para as pretensões oriundas de uma sociedade multicultural. Para tanto, analisar-se-á a interpretação constitucional como processo aberto, amparada por uma variedade de métodos que superam a mera aplicação por meio da subsunção. O devido reconhecimento possibilita uma articulação de demandas de grupos que buscam a superação de situações que desqualificam suas identidades e expressões culturais. Neste sentido, o tema apresenta relevante interesse, pois propõe um diálogo acerca de como o ordenamento jurídico, e especialmente a constituição, podem preencher as expectativas normativas neste contexto plural. Contexto este que se distancia da pretensa homogeneidade social sob a qual incidiam as normas do constitucionalismo tipicamente liberal. A metodologia utilizada será a pesquisa bibliográfica.

\*Endereço para correspondência: [chdearagao@gmail.com](mailto:chdearagao@gmail.com)

## **A CONSTITUCIONALIDADE DA LEI AINDA QUE DIANTE DO VÍCIO DE DECORO PARLAMENTAR**

Décio Pimentel Gomes Sampaio Sales<sup>1,\*</sup>

<sup>1</sup>Graduado em Direito e Mestre em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza

A pesquisa versa sobre o antigo e sempre atual tema do controle de constitucionalidade. De modo que o ponto inicial ocorre a partir da análise de aspectos específicos que dão causa a incidência deste mecanismo de proteção da supremacia da constituição perante todo o ordenamento jurídico. É destacado o Supremo Tribunal Federal em razão de seu papel fundamental em dar a derradeira palavra em matéria de jurisdição constitucional no país. Refere-se ao juízo de adequação que deve ser feito em relação à produção normativa de leis e à constituição, e ainda, se baseia em parâmetros bem difundidos na doutrina e na jurisprudência do tema. Para tanto percorre a causa da norma viciada, aquela que, diante da desobediência aos comandos constitucionais normativos pode conter os mais diversos vícios de inconstitucionalidade, a exemplo dos tradicionais vícios formais e materiais. O trabalho destaca uma nova tese desenvolvida em relação ao controle de constitucionalidade das leis, as que estejam viciadas justamente pela falta de decoro parlamentar do legislador votante. O enfoque é dado a partir da tese amplamente difundida a esse respeito pelo Professor Pedro Lenza. Nesse intuito é posto em análise o pensamento do autor e os motivos que o levaram a considerar tal fato como causa de uma inconstitucionalidade. Por fim, procura-se demonstrar em quais circunstâncias o pensamento do autor deve prevalecer, entretanto e, principalmente, quando não prevalecerá, de modo a ensejar a constitucionalidade da lei e não a sua inconstitucionalidade ainda que diante de um vício de decoro parlamentar.

\*Endereço para correspondência: [deciopgomes@gmail.com](mailto:deciopgomes@gmail.com)

## **TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO E A INFLUÊNCIA DOS PRINCÍPIOS DA LIBERDADE E DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA CONSTITUCIONAIS**

Francisco Eliézio de Paiva Silva<sup>1\*</sup>; Gilberto Frota Furtado<sup>2</sup>; Alysso Raniere de Aguiar Carneiro Albuquerque<sup>3</sup>; Larley Prado Passos<sup>4</sup>; Jeine Lisana Paulino Loiola<sup>5</sup>

<sup>1</sup>Direito, <sup>2</sup>Professor de Direito Constitucional, <sup>3</sup>Direito, <sup>4</sup>Direito, <sup>5</sup>Direito

O trabalho escravo contemporâneo é uma nova forma de tratar a escravidão nos dias atuais e com isso desrespeitar os direitos e garantias fundamentais do trabalhador expresso constitucionalmente. O trabalhador escravizado na égide atual não possui os direitos mínimos de liberdade e de ser tratado de forma digna pelos seus patrões, assim os tratamentos desumanos e degradantes vão na contramão dos princípios da liberdade e dignidade da pessoa humana. O propósito do presente estudo é fazer uma revisão de literatura sobre a influência dos princípios constitucionais da liberdade e dignidade da pessoa humana frente ao tratamento desumano e degradante que os trabalhadores escravizados modernamente passam em seus locais de trabalho. As novas formas de escravizar se dá apresentando características como: a vítima é alguém de fora (captação) e a escravidão começa no local do aliciamento. A metodologia utilizada foi pesquisa realizada em Biblioteca Virtual da área do Direito. A prevenção que pode ser feita é buscar nas políticas públicas um meio de erradicar e sancionar os donos de produção ou patrões com o intuito de garantir os direitos básicos e mínimos do cidadão trabalhador escravizado. Portanto fica concluído que o trabalho escravo contemporâneo cada dia que passa se alastra no Brasil desrespeitando os direitos e garantias fundamentais do trabalhador brasileiro e exclusivamente os princípios básicos incutidos na Constituição do Brasil que é o da liberdade e dignidade humana.

\*Endereço para correspondência: [eliezio\\_paiva88@hotmail.com](mailto:eliezio_paiva88@hotmail.com)

## **A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS EM MEIO À CRISE DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA: PROTAGONIZAÇÃO JUDICIAL**

Tânia Milayde Cunha Silva<sup>1\*</sup>; Murilo Luiz Portela da Costa<sup>1</sup>; José Osmar Monte Ferreira<sup>1</sup>; Diego Damasceno Ponte<sup>1</sup>; Rodrigo Frota Aragão<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Direito

O presente artigo trata da efetivação dos direitos fundamentais através do controle jurisdicional, a partir da óptica do Neoconstitucionalismo, priorizando-se os aspectos jurídicos, políticos e sociais. Inicialmente, apontam-se quem possui legitimidade para implementar políticas públicas e, conseqüentemente, direitos fundamentais. Faz-se, em seguida, uma breve análise da tão discutida crise da democracia representativa a partir do ordenamento jurídico brasileiro e de decisões proferidas pelo Judiciário, bem como suas implicações nos direitos dos cidadãos, destacando os aspectos positivos e negativos do controle jurisdicional, bem como o princípio da separação dos poderes, a omissão do Legislativo e do Executivo e os limites impostos ao Judiciário. Finalmente, aborda-se com criticidade a efetivação dos direitos fundamentais, enfatizando-se os direitos humanos, principalmente o princípio da dignidade da pessoa humana. Passa-se a um paralelo entre a reserva do possível e o mínimo existencial, sobre a previsão legal e aplicação na prática, mencionando a Constituição Federal e a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Questiona-se, ainda, a legitimidade do Judiciário na imposição de obrigação de fazer e/ou não fazer para a administração pública com o intuito de implementar políticas públicas. A conclusão se dá com a análise do descompasso entre o que o legislador idealizou e a omissão da administração no que tange às políticas públicas, bem como com uma superficial abordagem e defesa da intervenção da jurisdição na concretização das políticas públicas.

\*Endereço para correspondência: [tania.milayde@yahoo.com.br](mailto:tania.milayde@yahoo.com.br)

## **RESPONSABILIZAÇÃO POR ABANDONO AFETIVO PARENTAL À LUZ DA NOVA ORDEM CONSTITUCIONAL**

Jeine Lisana Paulino Loiola<sup>1,\*</sup>; Bruna Silva Frota<sup>2</sup>; Raul Rossy Vasconcelos Farias<sup>3</sup>; Tiago Ribeiro Mendes<sup>4</sup>; Jósimo Farias Filho<sup>5</sup>

<sup>1</sup>Direito, <sup>2</sup>Direito, <sup>3</sup>Direito, <sup>4</sup>Direito, <sup>5</sup>Direito

O direito, por não raras vezes, perpassa caminhos os quais incidem nas mais complicadas áreas das relações humanas, tornando-as objeto das mais acirradas polêmicas e controvérsias. Entre estas, destaca-se o Direito das Famílias, que nos últimos anos têm sofrido intensas transformações quanto ao núcleo familiar, valorizando-se as relações de afeto e cooperação. Nesse sentido, a CF/88 concede como direito fundamental de todo filho a convivência familiar, de modo que o pai que priva o filho de sua companhia assume os riscos que sua ausência possa causar em seu crescimento e formação. O presente artigo analisa, em conformidade com os Princípios do Direito, a possibilidade de responsabilidade civil por dano moral decorrente desse ato de abandono afetivo dos genitores, suas repercussões e seu sentido. O tema proposto justifica-se diante dessa realidade facilmente constatada em que vivem inúmeras crianças no país e do aumento de pleitos indenizatórios desse tipo. Destaca-se que a matéria ainda está longe de ser pacificada na doutrina e na jurisprudência, proporcionando, dessa forma, debates jurídicos intensos e substanciais. Qual o objetivo real da indenização por abandono afetivo? Conferir ao amor cunho materialista? Ou obrigar o pai a amar o filho? Há no Direito Pátrio embasamento jurídico que ampare esse dever de indenizar? O desenvolvimento da sociedade envolve o crescimento individual de seus membros. A garantia de afeto assegura a formação de cidadãos equilibrados, com repercussão nas mais diversas áreas da sociedade. A metodologia adotada foi do tipo pesquisa bibliográfica.

\*Endereço para correspondência: jeine\_lisana@hotmail.com

## **O PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO À LUZ DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS**

Tiago Ribeiro Mendes<sup>1,\*</sup>; Jeine Lisana Paulino Loiola<sup>2</sup>; André Luis Tabosa de Oliveira<sup>3</sup>; Lorena Aguiar Chaves<sup>4</sup>; Raul Rossy Vasconcelos Farias<sup>5</sup>

<sup>1</sup>Estudante de Direito, <sup>2</sup>Aluno, <sup>3</sup>Professor, <sup>4</sup>Aluno, <sup>5</sup>Aluno

A teoria da supremacia do interesse público surgiu na França, no século XVIII, a partir do desenvolvimento do novo regime jurídico pelo qual passaria a ser regulada a atividade administrativa do incipiente estado liberal, que surgiu após a revolução francesa, feito pelo conselho de estado francês. Porém, observa-se nela uma forte influência da lógica do regime absolutista, na medida em que continua vendo os indivíduos não como cidadãos, mas como subordinados. Assim, no presente artigo, buscar-se-á confrontar o princípio da supremacia do interesse público com os direitos fundamentais previstos na constituição de 1988, com o escopo de demonstrar a necessidade da redefinição do conteúdo do referido princípio com o objetivo de conformá-lo com a unidade da constituição, a dignidade da pessoa humana e a importância dada pela constituição aos direitos individuais em detrimento dos coletivos. Também será ressaltada, neste artigo, a dificuldade de definir interesse público e a impossibilidade da existência da superioridade de um princípio de forma apriorística, de acordo com a moderna teoria dos princípios. A metodologia adotada na pesquisa a classifica como bibliográfica. De modo conclusivo, faz-se imprescindível buscar-se uma redefinição do princípio da supremacia do interesse público, tendo como base os direitos fundamentais, como forma de garantir uma maior racionalidade na sua aplicação, através do respeito aos direitos individuais.

\*Endereço para correspondência: [tiagormendes@yahoo.com.br](mailto:tiagormendes@yahoo.com.br)

## **A POSITIVAÇÃO DE UM NOVO CONCEITO DE POSSE NO CÓDIGO CIVIL, COMO ELEMENTO DETERMINANTE À EFETIVAÇÃO DE SUA NECESSÁRIA FUNÇÃO SOCIAL**

Vilene Correia Portela<sup>1,2</sup>; Starley Jonnes Pinho Fernandes<sup>2</sup>; Francisco Frank Sinatra Dias Braga<sup>1</sup>; Patrícia Cavalcanti Nogueira<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Direito, <sup>2</sup>Orientador

O presente trabalho realiza uma análise das teorias que explicam a posse, incluindo nesse paralelo seu conceito considerando a questão da função social da posse que desponta como inovação jurídica, prevalecendo nas decisões dos tribunais, com base no projeto de lei nº6.960/2002, que visa modificar o art. 1196 do CC/2002, conceituando posse da seguinte forma: “Considera-se possuidor todo aquele que tem o poder fatídico de ingerência socioeconômica, absoluto ou relativo, direto ou indireto, sobre determinado bem da vida, que se manifesta através do exercício ou possibilidade de exercício inerente à propriedade ou outro direito real suscetível de posse”. Conceito este, fundamentado na Teoria da Função Social da Posse de Raimound Saleilles, pois, nos entraves judiciais em que se pleiteava uma decisão, sempre que se confrontava a posse com a propriedade, a posse foi desconsiderada. Em um país como o Brasil, em que a falta de educação, o descaso das autoridades com a administração, a negligência de políticas públicas eficientes, a ocupação das terras de forma violenta fazem com que a informalidade seja a tônica nas questões possessórias. A função social dos institutos de direito privado é um fenômeno recente na história do direito brasileiro, amadurecendo junto com a Constituição Federal de 1988, que apresentou de forma expressa a função social da propriedade como precedente à função social da posse. O presente trabalho utilizará como referência pesquisa bibliográfica em obras de doutrinadores, artigos científicos recentes e jurisprudências que fazem alusão ao assunto em estudo.

\*Endereço para correspondência: vileneportela@hotmail.com

## LEI ANTI-HOMOFOBIA: O PLC N. 122 DE 2006

Juliana Carneiro<sup>1,\*</sup>; Isabel Cristina Chaves<sup>2</sup>; Renata Miriam Costa Felix<sup>3</sup>; Henrique Fernandes Souza<sup>4</sup>; Alfredo Jader Lobo Cavalcante<sup>5</sup>

<sup>1</sup>Direito, <sup>2</sup>Direito, <sup>3</sup>Direito, <sup>4</sup>Direito, <sup>5</sup>Direito

A pesquisa da temática-Lei anti-homofobia: O PLC n. 122 de 2006, tem como objetivo o estudo sobre o referido Projeto de Lei e a necessidade de dar proteção legal às minorias sexuais, propondo ao mesmo tempo, uma análise para compreender as concepções que dão suporte às inflamadas defesas e posições contrárias à criminalização de práticas discriminatórias.

O PLC 122 é um projeto de lei apresentado pela então Deputada Lara Bernardi. O projeto tem por objetivo criminalizar a homofobia e encontra-se na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, sob relatoria da Senadora Marta Suplicy.

Os defensores da lei argumentam que é preciso uma legislação especial para proteger os homossexuais das constantes agressões e assassinatos. O maior desafio para a comunidade LGBT será superar a oposição de setores religiosos conservadores.

Nossa pesquisa é pautada numa abordagem qualitativa de observação de fatos reais, buscando uma compreensão do contexto analisado, cuja análise será efetuada de maneira crítica e reflexiva, utilizando-se para tanto de material disponibilizado na Internet, como artigos e blogs, livros e também revistas.

É fato notório que a homofobia no Brasil está tomando proporções alarmantes, principalmente devido às poucas conquistas políticas do movimento homossexual brasileiro e a certeza da impunidade dos agressores. É chegada a hora de modificar valores, abrir espaço para novas discussões, revolver princípios, dogmas e preconceitos. Torna-se fundamental uma nova visão jurídica que reprima a intolerância e possibilite o respeito à dignidade de cada homem.

\*Endereço para correspondência: [julianacarneiro2007@hotmail.com](mailto:julianacarneiro2007@hotmail.com)

## **GUARDA COMPARTILHADA E ALIENAÇÃO PARENTAL**

Iandra Nara Vasconcelos Rocha<sup>1\*</sup>; Paula Frassinetti Cavalcante Melo<sup>2</sup>; Rafael Cerqueira Lima<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Direito, <sup>2</sup>Direito, <sup>3</sup>Direito

A guarda compartilhada é uma solução para o problema da alienação parental, afinal estando o filho na convivência com os dois genitores, seja separadamente, priva o alienante da tentativa de persuadir o menor contra o outro cônjuge. É sabido, a tendência de maus tratos quanto à reputação e à vingança ao causador da dor, tendo prejudicada a visita e o acompanhamento no desenvolvimento do filho menor ou do incapaz. Portanto, quando por decisão judicial um fica com a guarda e o outro com o direito de visita, tende-se a manter os laços afetivos e a diminuir o sofrimento que a separação sempre acarreta nos filhos. Assim, no presente artigo, buscar-se-ão afirmações e estudos convincentes que a guarda compartilhada vem a ser a melhor opção para as separações, caso o outro cônjuge não tenha problemas que o impossibilite o direito de visita. Também as reais e desastrosas consequências da Síndrome da Alienação Parental para a criança, e quais as punições que o alienante deve receber. Assim como apresentar que a alienação pode ser uma problemática para a guarda compartilhada. A metodologia adotada na pesquisa a classifica como bibliográfica. Conclui-se o presente resumo com a preocupação do desenvolvimento do menor (ou incapaz), e os meios que a legislação apresenta para punir o alienante da tentativa de represália contra o outro genitor.

\*Endereço para correspondência: iandranara\_81@hotmail.com

## **O EXAME DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL: INSTRUMENTO DE APERFEIÇOAMENTO DA CIDADANIA OU AÇÃO COORPORATIVISTA DE RESERVA DE MERCADO?**

Renata Costa Farias Simeão<sup>1,\*</sup>

<sup>1</sup>Mestre

Investigar o significado do exame realizado pela Ordem dos Advogados do Brasil, instrumento de aperfeiçoamento da cidadania ou ação corporativista de reserva de mercado? Para alcançar esse objetivo, foi realizada pesquisa de campo, com a aplicação de questionários aos juizes de Fortaleza, Estado do Ceará. Esses profissionais foram escolhidos por terem uma estreita ligação com a atividade exercida pelos advogados e não possuem interesse na reserva de mercado que a Ordem dos Advogados exerce. Foi também realizado um grupo focal com alunos do curso de direito, onde foi discutida a ingerência da Ordem no processo educacional, assim como o significado do exame de Ordem. A partir destes esforços foi possível confirmar a hipótese inicial de que o exame de Ordem configura uma forma de proteção da sociedade, pois confere um mínimo de qualidade ao serviço prestado pelo profissional da advocacia. Mas apesar desta confirmação, o trabalho conclui afirmando que o exame é uma forma de reserva de mercado, que serve como forma de proteger a classe dos advogados da grande quantidade de pessoas que concluem o curso de Direito.

\*Endereço para correspondência: [renata\\_cfarias@hotmail.com](mailto:renata_cfarias@hotmail.com)

## **A AMPLITUDE EXPRESSIVA DO DIREITO DE DEFESA NO BRASIL**

Janaína Gomes Matos<sup>1,\*</sup>

<sup>1</sup>Direito

A Constituição Federal insculpiu em sua estrutura jurídica uma diversidade de princípios, com o propósito de resguardar direitos e conferir garantias a todos. Um desses princípios refere-se à ampla defesa. Esse princípio em sua real concepção denota uma vasta possibilidade de defesa, inclusive a utilização, pelo réu, de provas obtidas por meios ilícitos, desde que comprovado o estado de necessidade de sua produção, o que contraria a regra de que são inadmissíveis e serão desentranhadas dos autos referidas espécies de provas. Contudo, o que se busca com essa situação de aceitação de determinadas provas é uma efetiva concretização do princípio da presunção de inocência, que ademais é relativa, ou seja, cabendo prova em contrário. Desta feita, a inocência que era apenas uma presunção, transforma-se em afirmação absoluta de inocência, quando se aliando à possibilidade de vasto lastro probatório, o réu obterá uma imensurável chance de demonstrar a sua não culpabilidade. A ampla defesa não se restringe a esfera jurídica, atentando-se também a outros procedimentos tais como: o extrajudicial e o administrativo. Embora seja como o nome já diz “amplo”, a ampla defesa não se aplica quando da utilização de procedimentos inquisitivos, os quais não se pautam por esse princípio, pois não tem o condão de condenar ninguém. Consideram-se, portanto, inválidos e absolutamente nulos os processos que não oportunizam a defesa, eivados de vícios insanáveis quando de sua ausência, pois se trata de uma questão de ordem pública, arguida de ofício, afinal vivemos num país essencialmente democrático de direito.

\*Endereço para correspondência: [janaina023@hotmail.com](mailto:janaina023@hotmail.com)

## **JUSTIÇA E CRIMINALIDADE: QUEM VAI PARA O BANCO DOS RÉUS?**

Gisleni Lopes de Vasconcelos<sup>1\*</sup>; Maria Vânia Abreu Pontes<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Direito, <sup>2</sup>Direito,

O presente trabalho tem por finalidade discutir questões sócio-políticas que envolvem a seara jurídica, representadas por meio do cinema, mais precisamente do documentário "Justiça", de Maria Augusta Ramos, que representa o cotidiano de muitos tribunais. O documentário não é um filme vazado de qualquer implicação. Ele sempre se posicionou como um gênero em que o essencial é estimular uma reflexão sobre o mundo. E ao analisar o referido Documentário, encontramos a figura frequente do pobre no banco dos réus com características e perfil semelhantes entre si.

Trata-se de uma pesquisa que se propõe a descrever e analisar a relação dos acontecimentos cinematográficos com a realidade sócio-jurídica. Parte-se do princípio que o cinema documentário requer leitura, análise e interpretação dos fatos que se complementam e possibilitam uma melhor compreensão do mundo social. Como perspectivas teóricas e metodológicas utilizadas neste trabalho, lançou-se mão das contribuições dos campos de estudos das Ciências Sociais e Criminais. Dentre os autores que subsidiaram esta pesquisa estão Penafria (1999), Ramos (2008), Batista (1990), Adorno (1988) e Bobbio (1995). O documentário "Justiça" gravita em torno do teatro social e das estruturas de poder que regem o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, assim como, a vida cotidiana de seus personagens. Um julgamento não se faz apenas com valores íntimos e pessoais, econômicos ou preceitos preconceituosos, porque os juízes, individualmente considerados, e o Judiciário, como instituição estatal, estão subordinados ao povo, conforme a Constituição Federal.

\*Endereço para correspondência: [gisleni.vasconcelos@hotmail.com](mailto:gisleni.vasconcelos@hotmail.com)

## ASPECTOS JURÍDICOS DA ABORDAGEM POLICIAL

Aurea Aline de Sousa Teixeira<sup>1\*</sup>; Sávia da Silva Angelim<sup>2</sup>; Sinthya da Silva Prado<sup>3</sup>; João Paulo Farias Vasconcelos<sup>4</sup>; Luiz Jovinião Gomes Filho<sup>5</sup>

<sup>1</sup>Direito, <sup>2</sup>Direito, <sup>3</sup>Direito, <sup>4</sup>Direito, <sup>5</sup>Direito

O presente trabalho discorre sobre os Aspectos Jurídicos da Abordagem Policial e tem como foco os aspectos jurídicos da busca policial, enfatizando a legalidade, arbitrariedades e crimes que ocorrem durante as abordagens policiais. Os objetivos estabelecidos foram apontar os requisitos legais indispensáveis à realização da abordagem pessoal e domiciliar, a aplicação e importância dos direitos e garantias fundamentais na abordagem policial, às consequências jurídicas da realização da busca pessoal ou domiciliar alheia à legalidade. De início foi abordado sobre o conceito da palavra busca, as suas modalidades e natureza jurídica. A dignidade da pessoa humana e a relação coercitiva do poder de polícia. Os direitos e garantias individuais que funcionam como limitadores da atuação policial, nesse contexto jurídico que um membro do órgão policial deve executar as medidas cabíveis para a manutenção da ordem pública. Tratou-se também da análise da literatura sobre busca pessoal e domiciliar, a legislação penal brasileira, iniciando sobre os fundamentos do direito penal brasileiro, englobando tanto o Código Penal como o Código de Processo Penal, passando pela lei de responsabilidade civil que prevê o pagamento de indenizações por parte dos agentes públicos quando agem em detrimento da legislação. Chegamos após esses estudos, baseado nos autores como Mirabete, Moreira Neto (2009), Nucci (2010), Rogério Greco (2011), entre outros. A metodologia utilizada envolveu pesquisa bibliográfica e análise da elaboração de documentos.

\*Endereço para correspondência: aureaaline@hotmail.com

## **RELAÇÕES TRABALHISTAS ENTRE PATRÕES E EMPREGADOS DOMÉSTICOS**

Francisco Expedito Galdino Junior<sup>1</sup>; Carlos Eduardo Martins Coelho<sup>2</sup>; Ravi Freire Cunha de Souza<sup>3</sup>; Lorena de Oliveira Carolino<sup>4</sup>; Livia Vasconcelos Soares<sup>5</sup>

<sup>1</sup>Direito, <sup>2</sup>Direito, <sup>3</sup>Direito, <sup>4</sup>Direito, <sup>5</sup>Direito

A pesquisa fundamenta-se nas relações dos empregados domésticos com seus patrões. Foram entrevistados cento e vinte empregados domésticos igualmente distribuídos entre quatro bairros da cidade de Sobral, a saber: Centro, Pedrinhas, Junco e Campo dos velhos. Com o intuito de averiguarmos como se encontram as condições desses trabalhadores diante dos padrões trabalhistas atuais, realizamos esta pesquisa, buscando fundamentos nas obras de André Haguette, Boaventura de Sousa Santos, entre outros; sempre atentando para os requisitos necessários para uma avaliação científica, através de observações fáticas. Com esses parâmetros, chegamos a diversos resultados, entre os quais podemos citar uma grande quantidade de patrões que, por motivos diversos, não cumprem com o que está estabelecido na lei 5.859, referente à disposição sobre a profissão de empregado doméstico, tal como no seu artigo 2º-A e 3º, por exemplo, além de uma presença maciça de trabalhadores que se deslocam de bairros de classe baixa ou municípios próximos com o intuito de exercer seu serviço para complementar sua renda familiar.

\*Endereço para correspondência: [expedito\\_junior14@hotmail.com](mailto:expedito_junior14@hotmail.com)

## **AS LICENÇAS COMPULSÓRIAS E O ESGOTAMENTO DOS DIREITOS DE PATENTES**

Regis Vasconcelos Parente<sup>1,\*</sup>

<sup>1</sup>Direito

Este trabalho tem como panorama geral a problemática das patentes, seus objetivos, quais as invenções que podem ser protegidas, quais os fundamentos que justificam a intromissão na liberdade de concorrência ao tutelar a propriedade industrial, além das obrigações do “proprietário inventor”, que, sendo descumpridas, podem gerar sanções pelo seu mau uso. Além de sanções, existem causas de intromissão pública nesse tipo de propriedade.

E é sobre este último tema que focaremos nosso estudo: nas punições pelo mau uso do inventor e nos casos de intromissões pública nas patentes, essas figuras são as licenças compulsórias, que são uma espécie de limitação à propriedade industrial do inventor. Dessa forma, analisaremos, especialmente, os seus fundamentos, requisitos e procedimentos. O que nos levou à discussão do esgotamento dos direitos de patentes, que é o limite geográfico protegido pelas patentes, e sua relação com as licenças compulsórias de patentes. O conflito se concentra, principalmente, nos efeitos econômicos, jurídicos e políticos das licenças compulsórias e na regulação da comercialização internacional de bens protegidos por patentes. Para ilustrar a importância temática, debruçaremos-nos nas licenças compulsórias relacionadas aos produtos farmacêuticos embasadas em problemas de saúde, especificamente, na necessidade ou possibilidade de haver exportação de produtos patenteados.

\*Endereço para correspondência: [rvparente@yahoo.com.br](mailto:rvparente@yahoo.com.br)

## **O DIREITO NA SALA DE AULA: (DES) CAMINHOS DO ENSINO JURÍDICO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Jordi Othon Mourão Martins Correa Angelo<sup>1,\*</sup>

<sup>1</sup>Direito

Este trabalho tem o objetivo de analisar o ensino jurídico em uma faculdade privada, que se localiza no município de Sobral-CE. O referencial teórico desta pesquisa concerne aos seguintes conceitos-chave: “questionamento reconstrutivo”, “competência técnica” e “competência política”, de Pedro Demo; “identidade docente” e “ensinagem”, de Selma Pimenta e Léa Anastasiou; e “saberes docentes”, de Maurice Tardif. Com estes conceitos, problematizei o fenômeno do ensino jurídico na educação superior, razão pela qual formulei as seguintes questões preliminares: como foram formados os profissionais do ensino jurídico?; para quê foram formados?; por que ser professor?; qual o significado de ser professor? Eis os procedimentos metodológicos utilizados: leitura da literatura especializada e entrevistas semi-estruturadas com os docentes. Assim, a análise sistemática dos dados coletados por meio das entrevistas possibilitou-me uma compreensão científica sobre a realidade da qual faço parte como discente. Considerando que se trata de pesquisa em andamento, realizei, até o presente momento, entrevistas com oito docentes do Curso de Direito. Dos docentes com formação em Direito, 100% exercem, prioritariamente, atividades técnico-jurídicas. Somente alguns professores vinculados às disciplinas propedêuticas do curso de Direito possuem formação docente nas suas respectivas áreas, o que leva a reflexão sobre a formação de professores e a chamada “identidade docente” no ensino jurídico, relevante assunto para a melhoria da qualidade da Educação Superior e dos cursos de Direito no Brasil.

\*Endereço para correspondência: [jordiothon@bol.com.br](mailto:jordiothon@bol.com.br)

## **SUSTENTABILIDADE E AS ESTRATÉGIAS DOS NOVOS MODELOS DE NEGÓCIOS DA GOOGLE.**

Suiany Teixeira Barbosa Morais<sup>1,\*</sup>; Hugo Freire<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Administrador, <sup>2</sup>Administração

Diante das incertezas no mundo dos negócios, as empresas buscam, dentre muitos outros fatores, a sobrevivência. Ao longo dos tempos a capacidade de se manter “viva” e competitiva vem se tornando mais difícil, não somente pela concorrência acirrada, mas também pela execução da responsabilidade sócio-ambiental que se tornou indispensável no dia-a-dia das empresas. Algumas dessas empresas mudaram de foco, diversificaram o ramo dos seus negócios e investiram em produtos e serviços, processos e tecnologias que não agridem ao meio ambiente, ou que, no mínimo, diminuam os impactos causados aos seres vivos ao longo de sua existência. Portanto, este estudo tem como objetivo mostrar os conceitos e a caracterização da sustentabilidade, como também, explicar o surgimento das estratégias e dos novos modelos de negócios da GOOGLE que mudaram a forma de como vemos responsabilidade empresarial e a relação com os funcionários. Foram realizadas pesquisas bibliográficas tomando como referência autores renomados no assunto. Este estudo mostra como a sustentabilidade contribui para o crescimento das empresas, especificamente, para o crescimento gigantesco da GOOGLE.

\*Endereço para correspondência: [suianyteixeira@flucianofejao.com.br](mailto:suianyteixeira@flucianofejao.com.br)

## **TRABALHO EM EQUIPE NA CONCEPÇÃO DOS COLABORADORES DE UMA EMPRESA DE CONTABILIDADE DA CIDADE DE SOBRAL.**

Benedito Pereira Andrade Junior<sup>1,\*</sup>; Bruno Aguiar Alcantara<sup>1</sup>; Rita de Cássia Lopes<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Administração, <sup>2</sup>Orientadora

Durante toda existência humana, as equipes constituíram a forma mais utilizada para a realização de tarefas, como constata-se através de agrupamentos como: famílias, escolas, times esportivos e outros. O ser humano sempre fez parte de grupos. No ambiente empresarial a realidade não é diferente, as equipes de trabalho estão se tornando uma importante ferramenta no contexto organizacional. Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo geral conhecer a concepção dos funcionários de um escritório de contabilidade na cidade de Sobral-CE sobre o desenvolvimento do trabalho em equipe no que se refere à articulação entre as ações realizadas pelos diferentes agentes e a interação destes no cotidiano, como também identificar as dificuldades e facilidades encontradas pelos colaboradores da empresa de contabilidade no que diz respeito à articulação entre o trabalho realizado pelos diferentes profissionais e a interação destes. O estudo caracterizou-se como estudo de caso, exploratório, descritivo e de natureza quantitativa e qualitativa. No processo de coleta de dados, utilizou-se como instrumento o questionário estruturado que foi aplicado a um grupo de 30 colaboradores distribuídos em setores diferenciados. Os dados foram analisados com planilhas de Excel e análise de dados. O resultado da pesquisa constata que 90% dos colaboradores consideram que o trabalho em equipe possibilita a troca de conhecimento e agilidade no cumprimento de metas e objetivos, proporcionando resultados mais ágeis e de qualidade. Uma das maiores dificuldades detectada é a integração de todos os colaboradores.

\*Endereço para correspondência: beneditojunior87@hotmail.com

## **SUCCESSÃO FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO NA FÁBRICA COELHO**

Oderlânia Albuquerque Gomes<sup>1\*</sup>; Rita de Cassia Lopes<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Administração, <sup>2</sup>Mestre em Administração

Este trabalho tem o intuito de apresentar o processo de sucessão em empresas familiares, um tema que é de grande interesse para muitos empresários que vivenciam esta situação e que poucos acadêmicos abordam. A maioria das empresas familiares brasileiras estão buscando novos conhecimentos a fim de aprender como lidar com este assunto. O principal objetivo desse artigo é analisar o processo de sucessão dentro das empresas, suas vantagens e desvantagens vividas por seus sucessores. Para um melhor entendimento desse assunto, buscou-se o aprofundamento do tema com um estudo de caso feito na Fábrica Coelho, na cidade de Sobral-CE. Foi feita uma entrevista com um dos dirigentes, com perguntas abertas e fechadas, e a opinião do entrevistado a cerca do tema estudado. Desse modo, foi possível observar pontos positivos e negativos nos resultados da pesquisa, mostrando que empresas sofrem conflitos, mas que se souberem ser abertas para novas experiências terão em seus sucessores futuros promissores para seu crescimento.

\*Endereço para correspondência: oderlaniagomes@hotmail.com

## **O MODELO DE GESTÃO DE ESTOQUE UTILIZADO NA LANCHONETE SOBRAL**

Carlos Ruvens Coelho Ponte<sup>1\*</sup>;Aline Pinto de Macedo da Silva<sup>2</sup>;Carlos Wagner Gomes Cavalcante<sup>3</sup>;Rodrigo Viana Farias<sup>4</sup>

<sup>1</sup>Administração, <sup>2</sup>Administração, <sup>3</sup>Administração, <sup>4</sup>Administração

Todas as empresas vêm enfrentando uma concorrência bastante acirrada, isto se deve ao grande número de concorrentes, avanços tecnológicos e às exigências dos consumidores por produtos com qualidade cada vez maior e preço. Para se adaptarem a esta nova realidade, as empresas estão buscando apoio tanto em tecnologias como em metodologias para aumentar qualidade, reduzir custos e conseqüentemente se tornarem mais competitivas. O grande enfoque hoje está na otimização dos custos e, como um dos itens que mais geram custos e elevam os preços dos produtos, há uma grande preocupação acerca da gestão eficiente dos estoques. Observa-se, no entanto, que existe ainda uma enorme parcela das empresas que não tratam o assunto como estratégico para suas operações, principalmente as pequenas e médias empresas, que, normalmente, se utilizam de métodos empíricos para fazerem a gestão de seus estoques. Por esta razão, este estudo tem como objetivo fazer um diagnóstico do processo de gestão de estoque de uma microempresa do ramo de alimentos do município de Sobral. Para elaboração deste estudo foram realizadas pesquisas bibliográficas além de uma pesquisa de campo através de entrevista não estruturada e de um questionário aplicado junto ao proprietário da empresa pesquisada. O resultado da pesquisa apresentou que o modelo de gestão utilizado ainda é igual o da época de fundação da empresa por volta de 1950, e que existe a necessidade de implantação de um sistema de gestão de estoque que facilite o controle e a tomada de decisão.

\*Endereço para correspondência: ruvens\_flf@hotmail.com

## **A GLOBALIZAÇÃO, O DESENVOLVIMENTO LOCAL E A CULTURA POPULAR NO DISTRITO DE ARACATIAÇU: A BRINCADEIRA DO REISADO**

Aline Pinto de Macêdo da Silva<sup>1\*</sup>; Suely Mendes Parente<sup>2</sup>; Francisco Roberio Linhares<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Administração, <sup>2</sup>Administração, <sup>3</sup>Pedagogia

O objetivo deste artigo é verificar o impacto da globalização e do desenvolvimento local na cultura popular da região de Aracatiçu-Ce, com foco na atividade cultural do Reisado. Com a globalização é muito comum se perceber alterações no ambiente que podem modificar os valores locais, as concepções, ideias, referenciais simbólicos que organizam as relações intergrupais. Esta pesquisa é qualitativa e foi realizada a partir de entrevistas semi-estruturadas com três integrantes de um grupo de reisado e a coordenadora do centro cultural de Aracatiçu, com o objetivo de coletar dados referentes à intensidade destas atividades, que perfil de pessoas participam, quais os incentivos recebidos e um pouco da história que envolve o Reisado. A fundamentação teórica foi dividida em quatro capítulos que trabalham o conceito de globalização e quais seus impactos, o desenvolvimento local com aspecto que advém da globalização e como item fundamental para a mudança no local, e o último capítulo trata da definição de cultura e a importância da mesma para a continuidade de uma identidade de um povo. Ao final da pesquisa, conclui-se que no distrito estudado as pessoas estão mais envolvidas com os elementos da globalização, como o trabalho assalariado, horários determinados, vida corrida e acelerada e tecnologia, mas a comunidade vem preservando alguns elementos da sua cultura como o Reisado, o Maracatu, o São Gonçalo e a Religiosidade da população.

\*Endereço para correspondência: [alinepintoms@hotmail.com](mailto:alinepintoms@hotmail.com)

## **INTERPRETAÇÃO DE VALORES E CULTURA ORGANIZACIONAIS: UM ESTUDO NA ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS**

Cristiane De Sousa Florencio<sup>1,\*</sup>

<sup>1</sup>Administrador

Tendo em vista que os valores organizacionais são crenças e princípios hierarquicamente organizados, compartilhados e percebidos pelos colaboradores como característicos da organização e que a cultura é composta por valores, percebeu-se a relação entre ambos levando à elaboração deste trabalho, que objetiva diagnosticar a cultura organizacional de uma indústria calçadista a partir da percepção dos seus profissionais de Recursos Humanos, por meio de instrumentos de avaliação dos seus valores organizacionais. Para o alcance deste objetivo, foi realizado um estudo de caso, por meio de observação sistemática e da aplicação de questionários com uma escala de valores organizacionais identificados por Tamayo & Godim, cujos resultados foram adaptados a um quadro de referência teórica formulado previamente para o diagnóstico da cultura organizacional. O universo de investigação foi constituído pelos colaboradores da área de RH, com uma amostra de 33% referente a um total de 120 profissionais. Além deste instrumento de coleta foi realizado o diagnóstico da cultura organizacional, baseado na categorização semântica para o enquadramento dos valores detectados nos referenciais estudados no modelo criado por Cameron & Quinn. A partir do referido estudo pode-se concluir que a organização pesquisada apresenta valores característicos das culturas grupais, inovação, mercado e hierarquia, isto é, nela predominam valores voltados à cultura de mercado e hierarquizada.

\*Endereço para correspondência: [crissousaf@hotmail.com](mailto:crissousaf@hotmail.com)

## **O PÃO NOSSO DE CADA DIA - A RESPONSABILIDADE DAS PADARIAS PELOS IMPACTOS NO MEIO AMBIENTE**

Cláudia dos Santos Costa<sup>1\*</sup>; João Roriz Fernandes Braga<sup>2</sup>; Moacir dos Santos Costa<sup>3</sup>; Saulo Furtado Barroso<sup>4</sup>

<sup>1</sup>Direito, <sup>2</sup>Direito, <sup>3</sup>Professor de Direito Administrativo, <sup>4</sup>Professor de Direito Ambiental

A busca cotidiana pela sobrevivência fundamenta-se definitivamente na preservação do meio ambiente. E o Direito possui um papel fundamental na definição da postura do cidadão em relação ao meio ambiente e delimitação do posicionamento das decisões do poder judiciário. Neste sentido o estudo acerca das questões que envolvem o Direito ambiental e administrativo são importantes ferramentas do operador de Direito na construção de um ambiente que combine desenvolvimento e sustentabilidade. Dada a relevância desta temática, optou-se neste trabalho por discutir um aspecto pontual que envolve estes dois ramos do Direito, o ambiental e o administrativo: o caso das padarias que utilizam a queima de madeira como energia para seus fornos para produzir o “pão nosso de cada dia.”. Inicialmente será feita uma discussão sobre os princípios do Direito Ambiental, identificando o entendimento doutrinário e posicionamento do Supremo Tribunal Federal a respeito. Em seguida é feita uma discussão mais enfática a respeito do princípio do poluidor-pagador, de natureza reparadora e punitiva, identificando a natureza civil de sua responsabilidade. De fato a discussão doutrinária a respeito da responsabilidade civil no caso de questões que envolvem danos ambientais aponta para adoção da teoria do risco integral, entendendo que o meio ambiente deve ser protegido de forma integral. A análise de casos concretos envolvendo queimas de madeira em padarias também é feita, compreendendo os caminhos trilhados pela doutrina e jurisprudência contemporâneas.

\*Endereço para correspondência: [claudiasantoscosta@hotmail.com](mailto:claudiasantoscosta@hotmail.com)

## **ESTUDO DAS PRINCIPAIS AÇÕES IMPACTANTE NA LAGOA DA FAZENDA E SUA RELAÇÃO COM O DESORDENADO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO**

Maria Vânia Abreu Pontes<sup>1</sup>; Antônio Roberto Soares Cavalcante<sup>2</sup>; Andreissa de Fátima Sousa Costa<sup>3</sup>; Amanda Maria Alves Moura<sup>4</sup>

<sup>1</sup>Direito, <sup>2</sup>Saneamento Ambiental-Ifce, <sup>3</sup>Direito, <sup>4</sup>Direito

O desenvolvimento e a expansão urbana vieram trazendo consigo muitos problemas ao Meio Ambiente e interferem na segurança da sociedade. A diversidade de aspectos físico-naturais e a beleza cênica fazem da Lagoa da Fazenda um dos atrativos turísticos da cidade. Devido a esta atratividade vem sofrendo uma expansão urbana onde o crescimento acelerado e desordenado tem provocado uma série de mudanças desfavoráveis no ambiente. O processo de ocupação do solo vem desrespeitando normas e leis ambientais, priorizando o lucro, desencadeando a especulação imobiliária, e conseqüentemente super valorizando o solo urbano. Objetivava-se diagnosticar os principais impactos ambientais ao longo dos anos na Lagoa da Fazenda resultantes do uso e ocupação do solo, a fim de gerar um diagnóstico que fomente ações conscientes. Para a obtenção do diagnóstico foram realizadas visitas periódicas ao local, sendo realizado registros fotográficos e aplicação de questionário com os moradores da região circunvizinha à lagoa. Além das pesquisas bibliográficas realizadas nas Instituições de Ensino Superior das cidade e de consultas à internet. O avanço desordenado da cidade provocou perdas ao meio ambiente sem precedentes, como a destruição de nascentes; a ameaça de extinção de espécies animais nativas; maior vulnerabilidade a problemas de erosão, alagamento e aumento de temperatura ocasionada pelo desaparecimento de espécies vegetais, etc. Foi possível identificar na área, os seguintes problemas: acúmulo de lixo, com conseqüente poluição e assoreamento da Lagoa da Fazenda.

\*Endereço para correspondência: vaniapontes@yahoo.com.br

## **CAMINHANDO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO EMPÍRICO EM UMA COMUNIDADE ASSISTIDA PELO PROJETO CABRA NOSSA DE CADA DIA**

Antonia Mascênia Rodrigues Sousa<sup>1\*</sup>; Raimundo Eduardo Silveira Fontenele<sup>1</sup>; Carlena Gurgel Pompeu<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Professores da FLF

As transformações sociais têm gerado entre as empresas um relacionamento de defesa em prol do bem estar social. Surgindo, então, um novo modelo de desenvolvimento, que visa alinhar as necessidades sociais e econômicas do ser humano através de ações sustentáveis que asseguram uma melhor qualidade de vida à população mais carente. Com esse direcionamento, esta pesquisa tem como objetivo analisar a influência da implantação do projeto Cabra Nossa de Cada Dia na sustentabilidade socioambiental dos moradores da Comunidade de São domingos, no distrito de Jaibaras, em Sobral, Ceará. A pesquisa é de natureza exploratória-descritiva com abordagem qualitativa e quantitativa. Os dados foram coletados por meio de um questionário estruturado e uma entrevista não estruturada aplicados em um universo de quatorze famílias. Com base nos indicadores analisados, constatou-se que a implantação do projeto cabra nossa de cada dia, especificamente na Comunidade São Domingos, é de extrema relevância para o desenvolvimento social, ambiental e econômico da comunidade, pois contribui de forma significativa para o aumento da qualidade de vida das pessoas, para ampliação das condições de trabalho e na melhoria da renda familiar. O projeto viabiliza ações que estão voltadas para o desenvolvimento sustentável, como o acesso a educação, projetos ambientais, qualificação profissional e novas formas de trabalho.

\*Endereço para correspondência: [marciauva2@hotmail.com](mailto:marciauva2@hotmail.com)

## **GRUPO DE ESTUDOS PSICOLOGIA, EPISTEMOLOGIA E PRÁTICAS DE SAÚDE: PROBLEMATIZANDO A FORMAÇÃO PARA PROMOVER SAÚDE**

Léo Barbosa Nepomuceno<sup>1,\*</sup>

<sup>1</sup>Psicologia

Este trabalho problematiza a inserção da Psicologia nas políticas de saúde, dando ênfase aos desafios da formação. A discussão de tal temática vem orientando o desenvolvimento do Grupo de Estudos Psicologia, Epistemologia e Práticas de Saúde (GEPEPS), realizado desde junho de 2011, na Faculdade Luciano Feijão, ligado ao Núcleo de Pesquisa e Extensão (NPE) e ao curso de Psicologia. Segue uma metodologia participativa de investigação e de prática docente, que considera os conteúdos programáticos, a apuração e re-definição destes, a partir das discussões suscitadas nos encontros presenciais do GEPEPS. O presente trabalho se propõe a explicitar os temas estudados e a decorrente reflexão deles para o processo de formação dos participantes. Tem, como eixos analíticos, a reflexão epistemológica sobre o processo saúde-doença e os cenários de práticas em saúde, dando ênfase às relações entre a teoria da determinação social da saúde e a constituição do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil. Parte do reconhecimento do histórico de mudanças paradigmáticas do setor saúde e da necessidade de redimensionar o papel da Psicologia em tal contexto. Os resultados apontam para: a articulação história entre Psicologia e Psiquiatria e os conceitos de doença mental e loucura; a necessidade de explicitar o significado histórico da Antipsiquiatria para a renovação do sub-setor Saúde Mental; a ênfase no movimento da Promoção da Saúde, como perspectiva de superação paradigmática do conceito de saúde; e para as categorias sujeito e subjetividade como referências úteis ao desenvolvimento da Psicologia na Saúde.

\*Endereço para correspondência: leobnepomuceno@hotmail.com

## **CRÍTICA ANTIPSIQUIÁTRICA: PROBLEMATIZANDO O SABER E AS PRÁTICAS DE SAÚDE MENTAL.**

Francisco Herlon Ponte de Vasconcelos<sup>1,\*</sup>; William Rafael Barbosa Siqueira<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Psicologia, <sup>2</sup>Psicologia

Este trabalho tem a função de discutir o saber psiquiátrico e suas práticas relativas às doenças mentais. O tema foi originado de discussões ocorridas no Grupo de Estudos Psicologia, Epistemologia e Práticas de Saúde (GEPEPS), realizado desde junho de 2011, na Faculdade Luciano Feijão, vinculado ao Núcleo de Pesquisa e Extensão e ao curso de Psicologia sob a coordenação do Professor Ms Léo Nepomuceno. A metodologia utilizada para a formulação deste trabalho foi parte bibliográfica, nas obras: Doença Mental e Psicologia, de Michel Foucault, Ideologia e Doença mental, de Thomas Szasz, e parte discursiva nos encontros do GEPEPS. O trabalho tenta explorar a visão da psiquiatria sobre a doença mental e demonstrar a crítica que a antipsiquiatria e outros pensadores propõem sobre este tema, particularmente, a forma de tratamento violento que a psiquiatria tradicional exercia e a atual forma de tratamento medicamentoso em busca da “cura” para a doença mental, por meio de pressupostos fisiológicos. Os resultados sobre a discussão problematizam a nosografia utilizada pela psiquiatria, ao qual o termo doença mental está incluso, uma vez que não existe uma comprovação cabal por parte da psiquiatria para a determinação da doença mental como algo estritamente fisiológico e anatômico. A crítica a essa perspectiva aponta que a doença mental pode ter um caráter cultural e histórico, como construção social, do que um fundo biologizante.

\*Endereço para correspondência: herlon.vas@hotmail.com

## **EMBRIAGUEZ HABITUAL NOS ANSEIOS DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL: DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA OU TRATAMENTO**

Jósimo Farias Filho<sup>1,\*</sup>;Tiago Ribeiro Mendes<sup>2</sup>;Raul Rossy Vasconcelos Farias<sup>3</sup>;Jeine Lisana Paulino Loiola<sup>4</sup>;Bruna Silva Frota<sup>5</sup>

<sup>1</sup>Direito, <sup>2</sup>Direito, <sup>3</sup>Direito, <sup>4</sup>Direito, <sup>5</sup>Direito

Nosso estudo foi voltado a uma norma inscrita na CLT, Art. 482, alínea “f”, no qual é motivo de despedida por justa causa a embriaguez habitual. Ao notarmos esta penalidade questionamos se seria justo penalizarmos o alcoolista com a despedida por justa causa. Com essa indagação iniciamos as pesquisas, tendo em vista que a Organização Mundial de Saúde tem gravado o alcoolismo em seu Código Internacional de Doenças, ou seja, trata o alcoolismo como doença. Após estudos e discussões, entendemos que a CLT necessita de uma reforma para buscar um fim social, pois não podemos penalizar ninguém pelo fato de ser doente. Vivemos em uma era em que o Direito deve ser voltado para uma perspectiva humanitária, principalmente, em relação ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. Acreditamos que o obreiro alcoolista deve ser submetido a um tratamento buscando a cura, não deixando que sua doença venha a progredir para estados mais devastadores. É necessário, então, dar a este o mesmo tratamento legal que o Estado vem oferecendo aos portadores das demais doenças. A metodologia adotada na pesquisa a classifica como bibliográfica, contendo ainda um estudo de campo, diálogos com alcoolistas e com profissionais da saúde especializados. Tivemos como referencial teórico tanto a norma inscrita na CLT, como pesquisa em vasta obra jurisprudencial, desenvolvida por nossos tribunais com avanços e retrocessos no campo social e moral de quem já precisou da tutela jurisdicional por este motivo, o que será exposto detalhadamente com estudos minuciosos de casos específicos.

\*Endereço para correspondência: fariasfilho23@hotmail.com

## **QUILOMBO TIMBAÚBA E O MÍNIMO EXISTENCIAL A SER EFETIVADO PELAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Eufinis Giacomelli<sup>1\*</sup>; Andréa Cristina da Silva Feitosa<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Direito.

O objetivo do trabalho foi averiguar eventual exclusão social dos remanescentes de Quilombo e a existência de políticas públicas para desenvolver o local e efetivar o seu mínimo existencial; além de pesquisar sobre os direitos específicos assegurados às comunidades étnicas e o grau de consciência política dos seus membros sobre seus direitos constitucionais fundamentais.

*Quilombo* vem do angolano *KIMBUDU*, em *Bantu*, significando *fortaleza*. No Brasil, passou a significar “refúgio de escravos fugidos” designando local de difícil acesso em que escravos foragidos refugiavam-se.

Timbaúba pertence a Moraújo, e é formada por 62 famílias, recebendo o título de *Remanescentes de Quilombolas* em 2007, pela Fundação Palmares. Com o reconhecimento, a comunidade se auto-afirma como descendente de escravos do Brasil colonial, passando a mostrar sua existência, sua identidade, seu reconhecimento como remanescentes étnicos (ritualização do conflito, segundo Carlos Steil), podendo reivindicar determinados direitos, como a legalização de terras junto ao INCRA.

No Brasil, existem políticas públicas voltadas às comunidades étnicas. Resta saber se elas efetivam os direitos fundamentais individuais ou transindividuais de seus membros, garantindo um mínimo existencial necessário, o qual possui uma vertente de prestação, com caráter de direito social, exigível perante o Estado, sendo necessário equacionar se esse mínimo é suficiente para suprir os desideratos de um Estado democrático de Direito.

Foram realizadas pesquisas bibliográficas; visita in loco nos espaços e serviços públicos. Coleta de dados, envolvendo serviços nas áreas da saúde, educação, moradia, saneamento e renda per capita familiar e eventual auxílio de programas assistenciais.

\*Endereço para correspondência: eufinis@hotmail.com

## **A CRIMINALIDADE INFANTO-JUVENIL NA CIDADE DE SOBRAL: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS**

Fabricio Ponte Gomes<sup>1,\*</sup>; Larley Prado Passos<sup>2</sup>; George Henrique Batista Dias<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Direito, <sup>2</sup>Direito, <sup>3</sup>Direito

A cidade de Sobral vem, nos últimos 20 anos, passando por uma grande revolução. A chegada de indústrias, o surgimento de cursos universitários, políticos locais destacando-se nacionalmente e uma expansão imobiliária sem precedentes, fazendo o Município figurar garbosamente em sexto lugar numa pesquisa mundial de acordo com revista britânica "FDI Magazine", do grupo Financial Times, na categoria Melhores Cidades em Relação Custo-Benefício, com população entre 100 mil e 250 mil habitantes. Paralelamente ao sucesso econômico, Sobral tem se tornado uma das cidades mais violentas do Ceará, palco de diversas infrações, desde pequenos furtos até crimes bárbaros, e uma parcela significativa da criminalidade sobralense é composta por menores. Em meados de 2009, realizamos uma pesquisa local onde foi constatado que mais de 30% dos Boletins de Ocorrências registrados na Delegacia de Polícia Civil eram contra menores, e que Sobral encontrava-se territorialmente dividida por gangues, e que essa divisão por si só fora causa de diversos homicídios, além disso, verificamos que a droga, está presente em grande parcela dos jovens em conflito com a lei.

Desta forma, estamos em campo concluindo nosso trabalho que tem como objetivos:

- a) esclarecer quais os principais fatores que levam os jovens a prática de delitos;
- b) quais os tipos delitos cometidos por estes jovens no período de 2009 a 2010;
- c) conhecer a estrutura familiar destes jovens;
- d) conhecer quais são e como funcionam os programas/projetos sociais que trabalham na recuperação destes jovens.

\*endereço para correspondência: [fabriciopgomes@gmail.com](mailto:fabriciopgomes@gmail.com)

## **A DES-SUBJETIVIZAÇÃO DA LINGUAGEM, DO PENSAMENTO E DA COMPREENSÃO EM HANS-GEORG GADAMER**

Clístenes Chaves de França<sup>1,\*</sup>

<sup>1</sup>Mestre em Filosofia

Este trabalho tem por objetivo mostrar como Gadamer fundamenta sua crítica às limitações da filosofia da subjetividade através de uma análise crítica de sua principal obra "Verdade e Método". Uma importante tese que Gadamer defende em sua obra magistral é a des-subjetivização da linguagem, do pensamento e da compreensão. A subjetivização desses fenômenos é o calcanhar de Aquiles da filosofia moderna. Em verdade, segundo Gadamer, estes não seriam em nenhuma hipótese resultados de um ato do sujeito. Quando nós pensamos sobre algo, falamos sobre alguma coisa ou construímos com um outro indivíduo uma compreensão sobre um objeto no mundo, tais acontecimentos não são processos subjetivos. Eles são realizações coletivas. Linguagem, pensamento e compreensão situam-se no interior de uma ampla tradição, que desde sempre ultrapassa nossas ideias subjetivas e, ao mesmo tempo, as torna possível. A des-subjetivização da linguagem permite a Gadamer evitar o dualismo sujeito-objeto da filosofia moderna. Isto lhe outorga a possibilidade de defender a tese clássica da correspondência entre pensamento e ser, sem cair numa perspectiva metafísica. Por meio de uma concepção ontológica da linguagem, Gadamer evita repetir a fundamentação mitológica desta - característica da filosofia antiga - e oferece uma nova fundamentação linguística da relação pensamento/ser. A linguagem é o meio finito-infinito através do qual o ser humano está desde sempre ligado ao mundo. O resultado de nossa pesquisa mostra como Gadamer reinstaura a finitude da experiência humana no centro das inquietações filosóficas.

\*Endereço para correspondência: [clisteneschaves@hotmail.com](mailto:clisteneschaves@hotmail.com)

## DESAFIOS DO SISTEMA CEP/CONEP NO BRASIL

Flávio Maria Leite Pinheiro<sup>1,\*</sup>; Analice Rodrigues de Vasconcelos<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Direito, <sup>2</sup>Direito

Este trabalho tenciona analisar a atuação do sistema formado pelos Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) e pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) denominado sistema CEP/CONEP, bem como avaliar criticamente alguns dos aspectos positivos e negativos do sistema brasileiro de ética em pesquisa com seres humanos. Ele faz parte de reflexões enviadas a título de sugestão à Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), como parte da documentação enviada para seleção de tutores no Curso de Aperfeiçoamento em Bioética Aplicada às Pesquisas Envolvendo Seres Humanos, a ser ministrado pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP).

Tem por objetivo oferecer informações e dados em bioética a profissionais de diversas áreas em relação aos desafios da época moderna, principalmente a profissionais diretamente envolvidos com os avanços da ciência e tecnologia, que têm reflexo sobre a vida da humanidade, exigindo indagações de natureza ética.

O Brasil instituiu a Comissão Nacional de Ética na Pesquisa (CONEP), pela Resolução nº. 196/1996 do Conselho Nacional da Saúde (CNS), para atuar como um órgão de controle social que analisa os aspectos éticos de pesquisas envolvendo seres humanos. O mesmo é responsável pela orientação dos profissionais e é, também, a instância final de recursos de qualquer das partes a que a ela recorram. Se atribui à CONEP a coordenação de uma rede de Comitês de Ética (CEPs), implementados nos mais diversos tipos de instituições que de algum modo trabalhem com pesquisas utilizando seres humanos, formando o Sistema CEP/CONEP.

\*Endereço para correspondência: [flaviopinheiro@hotmail.com](mailto:flaviopinheiro@hotmail.com)

## **CURSO LIVRE DE INTRODUÇÃO AO DOCUMENTÁRIO**

Paulo Passos de Oliveira<sup>1,\*</sup>

<sup>1</sup>Mestre

O Curso Livre de Introdução ao Documentário é uma atividade de Extensão da Faculdade Luciano Feijão, implementada no semestre 2011.2. Em Introdução ao Documentário o aluno estuda o gênero cinematográfico documentário sob alguns aspectos: histórico, narrativo, técnico e, à luz de um grupo de realizadores internacionais e brasileiros, conhece de forma resumida o que é o cinema, bem como a relação entre ficção e documentário. Em seguida, investiga as dicotomias comuns entre documentário e ficção – essenciais para compreender a relação dos dois gêneros – que confrontam a realidade. Foram apresentadas as escolas e movimentos mais comuns do documentário – bem como seus diretores – que criaram tradições narrativas que permanecem como formas dominantes. O discente verifica que, na história do documentário, o desenvolvimento tecnológico permitiu a instauração de novas formas de narrativa e de relação entre o dispositivo (câmera) e o real. No último módulo do curso, que se inicia, a turma está sendo dividida em grupos, os quais, sob orientação do professor, estão começando a elaborar roteiros de documentários, que serão realizados no final do curso (novembro de 2011). O gênero cinematográfico documentário, filho primogênito do cinema, se apresenta como ferramenta de arquivamento audiovisual de informações extremamente importantes para os alunos que fazem o curso: discentes da Administração (FLF), História e Ciências Sociais (UVA). Além disso, promove reflexão acerca de nossa realidade, apresentando-se como ferramenta útil para alunos e profissionais das duas áreas.

\*Endereço para correspondência: paulo.pety@ig.com.br